

**Competição de Julgamento Simulado do
Sistema Interamericano de Direitos Humanos 2009
Caso Hipotético: Rosalie Fournier e Bruno Tamba vs. Tinalândia**

Perguntas e Respostas Esclarecedoras - PORTUGUÊS

1. Qual a porcentagem de imigrantes (legais e ilegais) que são da República de Evaristo?
 - a) A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.
2. O Escritório de Recenseamento (mencionado no parágrafo 9) faz parte do Escritório de Migrações e Censos de Tinalândia (mencionado no parágrafo 29), ou trata-se de um órgão autônomo?
 - a) Trata-se de um mesmo órgão.
3. Qual foi a média da taxa de desemprego antes de 1992 no estado de Tinalândia (época da crise económica)?
 - a) Ao ler a presente pergunta, é necessário esclarecer que, em 1992, a taxa de desemprego a que se refere o parágrafo 12, alcançou o índice de 13% (e não aumentou 13%). No final dos Anos 80 e início dos Anos 90 a taxa de desemprego se manteve na casa dos 9%.
4. Dos crimes que acontecem em Tinalândia, que porcentagem são cometidos por cidadãos de Evaristo?
 - a) A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.
5. Qual era a nacionalidade do casal que levou Rosalie Fournier e outras pessoas para Tinalândia?
 - a) A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.
6. Qual é a data exata do nascimento de Rosalie Fournier?
 - a) Rosalie Fournier nasceu no dia 3 janeiro de 1963.
7. Rosalie Fournier estava acompanhada pelo traficante quando chegou em Tynaladia?
 - a) A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.
8. Qual era a idade de Rosalie Fournier no momento de sua detenção em 1982?
 - a) No momento de sua detenção em 1982, Rosalie Fournier tinha 18 anos.
9. Rosalie Fournier teve direito a algum defensor público ou a algum tradutor para a sua defesa durante o processo de 1982?
 - a) A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.
10. Em 23 de abril de 1982 Rosalie Fournier foi penalizada com uma multa de \$500 e com restrição de sua liberdade (liberdade condicional) por seis meses em decorrência do crime de prostituição. Estes fatos constituem coisa julgada?
 - a) Sim.
11. Quais foram os resultados das investigações a que se referem o parágrafo 12 do caso hipotético?
 - a) Os órgãos judiciais de Tinalândia deram início às investigações para determinar se o ódio racial tinha motivado alguns dos incidentes de violência ocorridos em 1992 e 1993. Entretanto, não conseguiram obter informações suficientes para chegar a uma conclusão ou determinar os responsáveis pelos atos.
12. Quais foram as políticas públicas adotadas por Tinalândia, entre 1981 e 1994, para promover a regularização do status migratório dos trabalhadores estrangeiros indocumentados?
 - a) A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.

**Competição de Julgamento Simulado do
Sistema Interamericano de Direitos Humanos 2009
Caso Hipotético: Rosalie Fournier e Bruno Tamba vs. Tinalândia**

13. Quais são as estatísticas referentes à raça e à nacionalidade dos imigrantes deportados de Tinalândia desde 1994 até o presente?
- a) A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.
14. Quantos empregadores foram sancionados pelo Estado de Tinalândia por contratarem imigrantes ilegais, e que porcentagem da população total de imigrantes teria sido contratada?
- a) A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.
15. Como se deu a cobrança de impostos de Rosalie Fournier pelo Governo de Tinalândia, uma vez que ela era considerada imigrante ilegal?
- a) Os empregadores de Rosalie Fournier deduziam do salário dela os impostos de renda e os referentes à seguridade social. Ademais, Rosalie Fournier também pagava, no dia-a-dia, os impostos relativos a bens e serviços que consumia.
16. Marco Tamba (o pai de Bruno) nasceu em Tinalândia ou foi posteriormente naturalizado?
- a) Marco Tamba nasceu em Tinalândia.
17. Marco Tamba manteve um relacionamento com seu filho, Bruno Tamba, depois que Rosalie Fournier se mudou em 1992?
- a) Sim, conforme indica o parágrafo 19, Marco Tamba visitava esporadicamente o seu filho Bruno Tamba.
18. Especificamente, qual foi a freqüência das “visitas cada vez mais esporádicas” por parte de Marco Tamba ao seu filho Bruno, uma vez que seus pais haviam se separado?
- a) As visitas não eram nem periódicas nem freqüentes. Em algumas ocasiões, Marco Tamba viajava até duas vezes no mês para visitar seu filho, mas, dependendo das circunstâncias, as vezes se transcorriam vários meses sem que Marco Tamba pudesse visitá-lo.
19. Rosalie Fournier e Marco Tamba ainda tinham um relacionamento quando ela foi detida?
- a) O relacionamento de Rosalie Fournier com Marco Tamba se resumia ao de uma mãe com o pai de seu filho. Rosalie Fournier e Marco Tamba não mantinham mais um relacionamento amoroso desde o início dos Anos 90, como está assinalado no parágrafo 19 do caso hipotético.
20. Rosalie vive em uma área onde predominam imigrantes?
- a) A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.
21. No hotel onde Rosalie Fournier trabalhava, os funcionários da limpeza eram exclusivamente afrodescendentes? (Cf. 21)
- a) Não.
22. Com respeito ao roubo dos computadores no hotel onde Rosalie Fournier trabalhava, todas as pessoas que foram interrogadas eram afrodescendentes? (Cf. 21)
- a) De acordo com a informação disponível, Rosalie Fournier notou que todas as pessoas que estavam esperando para serem interrogadas pela polícia, com relação ao roubo dos computadores, eram afrodescendentes. Não existe a informação se a polícia interrogou a outras pessoas, ou qual era a origem étnica ou racial das mesmas. Tampouco se conhecem os motivos que levaram a polícia a interrogar precisamente a essas pessoas.
23. Existe consulado ou embaixada com funções consulares da República de Evaristo em Tinalândia?

**Competição de Julgamento Simulado do
Sistema Interamericano de Direitos Humanos 2009
Caso Hipotético: Rosalie Fournier e Bruno Tamba vs. Tinalândia**

- a) Sim, a República de Evaristo possui uma Embaixada e vários consulados na República de Tinalândia.
24. Em que condições Rosalie Fournier foi interrogada pelo oficial da imigração durante quatro horas e meia (por exemplo, se houve participação de mais pessoas, se lhe foi concedida a oportunidade de efetuar suas necessidades básicas, etc)?
- a) O interrogatório de Rosalie Fournier foi conduzido em condições dignas. Durante o mesmo, não se fez o uso da força nem de qualquer método coercitivo.
De fato, ao iniciar o interrogatório, o Oficial da Imigração se identificou e comunicou a Rosalie Fournier as razões de sua detenção, assim como os seus direitos como detida, incluindo o direito de permanecer em silêncio, de telefonar a um advogado, e de avisar ao seu consulado sobre sua detenção. Além disso, foi indicado que ela poderia telefonar aos seus familiares e empregadores se considerasse necessário.
As perguntas de Rosalie Fournier foram respondidas, e também pode efetuar as suas necessidades básicas quando solicitou.
Não houve a participação de mais pessoas durante o interrogatório.
25. Havia algum advogado e/ou intérprete presente durante algum dos interrogatórios ou no momento de informar a Rosalie Fournier os motivos de sua detenção?
- a) Não.
26. O Estado de Tinalândia avisou o consulado da República de Evaristo sobre a detenção de Rosalie Fournier? (Cf. 22)
- a) Não.
27. O oficial da imigração que interroga Rosalie Fournier durante a sua permanência na delegacia tem alguma faculdade jurisdicional?
- a) Não, o oficial da imigração não tem faculdades jurisdicionais.
28. Rosalie Fournier foi apresentada a algum juiz ao chegar à delegacia ou ao centro de detenção de migrantes, ou em algum outro momento anterior à primeira audiência pública?
- a) Não, a primeira vez que Rosalie Fournier foi apresentada a um juiz, logo após ser detida em 27 de maio de 2003, foi durante a audiência no Terceiro Tribunal de Imigração da República de Tinalândia, que aconteceu no dia 28 de novembro de 2003.
29. Descrição mais detalhada do centro de detenção de migrantes "Gándara". (Espaço, condições, tratamento, etc.)
- a) A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.
30. Qual era a capacidade, em número de pessoas, do quarto onde Rosalie Fournier foi detida no centro de detenção de migrantes "Gándara"?
- a) O quarto tinha capacidade para 7 pessoas.
31. O centro de detenção de migrantes "Gándara", onde Rosalie Fournier permaneceu detida, se localizava perto de algum centro urbano, ou, de qualquer forma, existe algum centro de detenção de migrantes em Tinalândia mais próximo da cidade onde vivem o seu filho e seus conhecidos?
- a) O centro de detenção de migrantes "Gándara" era o centro de migrantes mais próximo da cidade onde Rosalie Fournier vivia com o seu filho Bruno Tamba.

**Competição de Julgamento Simulado do
Sistema Interamericano de Direitos Humanos 2009
Caso Hipotético: Rosalie Fournier e Bruno Tamba vs. Tinalândia**

32. Havia algum advogado disponível para Rosalie que sabia se comunicar em francês ou “krèyol”, ou havia alguma possibilidade de se conseguir um intérprete para trabalhar em conjunto com o advogado trabalhando em sua defesa?

a) Em Tinalândia existem advogados com conhecimento tanto de “krèyol” evaristano quanto de francês. Também existem tradutores e intérpretes disponíveis com conhecimento desses idiomas. Entretanto, as circunstâncias de Rosalie Fournier lhe permitiam unicamente ter acesso a assistência legal gratuita, que somente estava disponível em castelhano. Não há informações sobre a disponibilidade de serviços de interpretação gratuita.

33. De acordo com o parágrafo 23 dos fatos do caso, um juiz decidiria a situação de Bruno Tamba. Para essa decisão foi ouvida a opinião de Bruno Tamba e Rosalie Fournier estava presente?

a) A situação de Bruno Tamba foi resolvida pelo mesmo Juiz do Terceiro Tribunal de Imigração da República de Tinalândia, em 18 de dezembro de 2003, que decidiu que Bruno Tamba deveria permanecer em Tinalândia sob a custódia de seu pai. Nesse processo, foi ouvida a opinião de Rosalie Fournier, mas não a de seu filho Bruno Tamba.

34. Quando se iniciou o segundo processo de Rosalie, houve participação de autoridades especializadas em direitos da criança?

a) Não.

35. Em que data Rosalie Fournier foi notificada da sentença emitida pelo Terceiro Tribunal de Imigração da República de Tinalândia no dia 18 de dezembro de 2003?

a) A sentença foi notificada a Rosalie Fournier na mesma data da decisão, dia 18 de dezembro de 2003.

36. Em que data a sentença do Terceiro Tribunal de Imigração transitou em julgado?

a) Rosalie Fournier tinha um mês, a partir do dia 18 de dezembro de 2003, para apelar a sentença. Desse modo, no dia 18 de janeiro de 2004 a sentença adquiriu firmeza.

37. A partir dos fatos do caso se depreende que, de acordo com o advogado de Rosalie Fournier, os recursos de apelação relacionados aos casos de aplicação da Lei 24.326 foram rejeitadas *in limine*. Em que se baseava o advogado para fazer tal afirmação, e quais são os critérios estabelecidos e aplicados pelo Tribunal de Recursos para declarar tais recursos como inadmissíveis ou improcedentes?

a) O advogado de Rosalie Fournier tinha conhecimento de todos os recursos de apelação decididos até aquele momento com relação a aplicação da Lei 24.326 em Tinalândia. Todos esses recursos haviam sido impugnados *in limine* pelos Tribunais de Recurso, com base de que a Lei 24.326 não comporta exceções à deportação obrigatória de estrangeiros que houvessem cometido um crime federal qualificado. Neste particular, não compete aos Tribunais de Recurso questionar a decisão do juiz de instância uma vez verificado o cometimento de tal delito.

38. Existe algum caso no qual tenha sido interposto o recurso de apelação fora os casos de aplicação da Lei 24.326, e o recurso foi admitido?

a) A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.

39. Visto que Rosalie Fournier passou a maior parte de sua vida em Tinalândia e que o "krèyol" é um dialeto estigmatizado e discriminado (parágrafo 31), como Rosalie Fournier, que em todos esses anos não conseguiu assimilar o idioma castelhano, pôde ensinar o castelhano a seu filho e manter vínculo afetivo com ele?

a) Por um lado Rosalie Fournier sempre teve dificuldades com o idioma castelhano (parágrafo 19), por outro, tinha um nível de compreensão e comunicação básico, e preferiu que em sua casa

**Competição de Julgamento Simulado do
Sistema Interamericano de Direitos Humanos 2009
Caso Hipotético: Rosalie Fournier e Bruno Tamba vs. Tinalândia**

se falasse sempre o castelhano para ajudar na sua adaptação em Tinalândia e evitar que seu filho pudesse ser discriminado em virtude do seu idioma ou de seu sotaque krèyol evaristiano.

40. O Caso de Rosalie Fournier e Bruno Tamba trata-se de um fato público e controverso dentro do Estado de Tinalândia, do qual existem provas de que os agentes do Estado deram declarações nos meios de comunicação referindo-se à sua posição em relação à Rosalie Fournier?
- a) A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.
41. Rosalie Fournier possui parentes e/ou amigos vivos na República de Evaristo?
- a) No momento de sua deportação, Rosalie Fournier não possuía nenhum contato com familiares ou amigos em Evaristo, nem sabia se encontravam-se vivos ou não.
42. Quais foram as medidas adotadas pela República de Tinalândia com relação ao menor Bruno Tamba ao colocá-lo sob a custódia do seu pai?
- a) O Estado de Tinalândia dispôs que assistentes sociais acompanhariam de perto a situação de Bruno Tamba baixo os cuidados de seu pai, enquanto for menor de idade.
43. As condições sociais, econômicas e culturais de Evaristo se alteraram entre a época da saída de Rosalie Fournier para Tinalândia e o momento de sua deportação? Em caso afirmativo, variaram para melhor ou para pior?
- a) As condições sociais, econômicas e culturais de Evaristo não se alteraram significativamente desde que Rosalie Fournier deixou o país.
44. Existe alguma prática discriminatória em Evaristo contra mulheres que já se prostituíram e/ou tiveram filhos fora de um casamento, prática esta que ameaça a vida ou a integridade física de Rosalie caso ela volte para o seu país de origem?
- a) Desde 1979 as mulheres em Evaristo alcançaram uma igualdade de direitos, mas na prática persiste uma desigualdade estrutural entre homens e mulheres. As razões da discriminação em relação às mulheres são variadas e poderiam incluir as causas apontadas pela presente pergunta. Contudo, não se têm informações de que as práticas discriminatórias ameacem a vida ou a integridade física das mulheres em Evaristo.
45. Em que medida a situação econômica de Tinalândia melhorou, em termos de índices de desemprego e reativação da indústria e do comércio, a partir da implementação da Lei 24.326 “Lei de Regularização da Imigração”?
- a) As condições econômicas em Tinalândia não variaram significativamente a partir da implementação da Lei 24.326.
46. A existência de plantações onde existem imigrantes ilegais obrigados a trabalhar por jornadas excessivamente extensas, sem descanso e sem remuneração, constitui factualmente a regra ou são casos isolados?
- a) A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.
47. O estado de Tinalândia é parte de algum convênio relativo aos direitos dos migrantes como, por exemplo, a Convenção Internacional sobre os Direitos dos Trabalhadores Migrantes e suas Famílias?
- a) Sim, Tinalândia ratificou os principais instrumentos internacionais da Organização das Nações Unidas, incluindo a Convenção Internacional sobre os Direitos dos Trabalhadores Migrantes e suas Famílias.

**Competição de Julgamento Simulado do
Sistema Interamericano de Direitos Humanos 2009
Caso Hipotético: Rosalie Fournier e Bruno Tamba vs. Tinalândia**

48. O estado de Tinalândia é signatário da Convenção contra a Delinquência Organizada Transnacional de 2000 e de seu Protocolo Adicional para Prevenir, Reprimir e Punir o Tráfico de Seres Humanos do mesmo ano?

a) Sim, Tinalândia ratificou os principais instrumentos internacionais da Organização das Nações Unidas, incluindo a Convenção contra a Delinquência Organizada Transnacional e o Protocolo Adicional para Prevenir, Reprimir e Punir o Tráfico de Seres Humanos, especialmente mulheres e crianças, que complementa a referida Convenção.

49. Existem leis na República de Evaristo que penalizem o uso de trabalho forçado e abusos contra imigrantes?

a) A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético. Entretanto, cumpre salientar que o caso submetido à jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos se refere à responsabilidade da República de Tinalândia.

50. Quais são as penas e o tempo de prescrição para o delito de prostituição na República de Tinalândia.

a) Em Tinalândia o delito de prostituição é sancionado com penas que vão de multas de \$200 (duzentos dólares) a \$3000 (três mil dólares), e até 15 (quinze) dias de detenção. O delito prescreve depois de 10 (dez) anos.

51. Antes da Lei 24.326, existia em Tinalândia alguma sanção para imigrantes que entrassem ilegalmente no país?

a) Sim. Antes da entrada em vigor da Lei 24.326, as pessoas que ingressassem ilegalmente em Tinalândia podiam ser liberadas com pagamento de fiança, ser detidas, ou, em casos mais graves, ser deportadas para seu país de origem, dependendo das circunstâncias do caso.

52. Os tribunais de migração existentes na República de Tinalândia foram criados em virtude da Lei 24.326 concernente à Regularização da Migração?

a) Não, os tribunais de migração já existiam antes da Lei 24.326.

53. A que divisão de poder do Estado compete os assuntos migratórios?

a) Em Tinalândia existe um Escritório de Migrações e Censos de Tinalândia (parágrafo 29), dependente do poder executivo, que se encarrega dos assuntos migratórios. Também há tribunais dedicados exclusivamente a assuntos migratórios.

54. A Lei 24.326 aprovada pelo poder legislativo de Tinalândia é uma lei de natureza administrativa?

a) Sim.

55. No âmbito do estado de Tinalândia, o processo de deportação a qual Rosalie Fournier estava sujeita tem natureza penal ou administrativa?

a) A deportação em Tinalândia é um processo de natureza administrativa.

56. Qual a natureza da deportação (civil ou criminal) em virtude de crime qualificado de acordo com a Lei de Regularização da Imigração de 1994?

a) De acordo com a legislação de Tinalândia, a deportação é uma consequência administrativa que pode se aplicar em diferentes circunstâncias, entre elas, quando um estrangeiro tenha cometido um delito federal qualificado.

57. A Lei 24.326 se aplica tanto para migrantes com documentação legal quanto para os migrantes sem documentação?

**Competição de Julgamento Simulado do
Sistema Interamericano de Direitos Humanos 2009
Caso Hipotético: Rosalie Fournier e Bruno Tamba vs. Tinalândia**

a) Sim, certas partes da Lei 24.326 aplicam-se tanto a migrantes documentados quanto para migrantes sem documentação.

58. Com relação à interpretação da Lei 24.326: a frase contida no parágrafo 13 do caso hipotético que expressa que “os imigrantes que cometam ou tenham cometido delitos federais qualificados” é aplicável, no âmbito do direito interno de Tinalândia, para aqueles imigrantes que já foram julgados e já cumpriram sua pena (existência de coisa julgada) pelo cometimento do mesmo crime?

a) Sim, é aplicável tanto para as pessoas que cometam um crime federal qualificado posteriormente à vigência da Lei 24.326, quanto para aqueles que já foram condenados no passado por crimes que a supracitada lei qualifica como delitos federais qualificados.

59. O parágrafo 13 do caso hipotético indica que os imigrantes que cometam delitos federais qualificados ficam sujeitos “sem nenhuma exceção” à deportação obrigatória. Entretanto, o parágrafo 33 indica que os juizes de migração não dispõem de uma margem mais ampla de apreciação quanto ao julgamento de crimes qualificados. Sob quais circunstâncias, se existem, pode um juiz da migração deixar de deportar um indivíduo acusado de um crime qualificado?

a) O parágrafo 33 se refere às opiniões do advogado de Rosalie Fournier. A Lei 24.326 não estabelece exceções para a deportação de imigrantes que tenham cometido um delito federal qualificado.

60. Quais são os *status* migratórios reconhecidos pela legislação de Tinalândia e os requerimentos para se tornar elegível a cada um deles?

a) Para regularizar sua situação em Tinalândia os estrangeiros podem requerer um visto, residência permanente ou naturalização.

O direito de requerer um visto, autorização de residência ou naturalização não prescreve. Os procedimentos podem ser realizados em Tinalândia ou, em certos casos, por meio dos consulados de Tinalândia em outros países. O tempo de tramitação do pedido pode durar entre um mês, para os casos de certos tipos de visto, e até 5 anos, para aqueles que se inscrevem para a autorização de residência ou para a naturalização.

No caso dos vistos, estes existem para visitantes, situações de emprego e para estudos. Todos eles são concedidos por um tempo limitado, ou seja, não são permanentes.

Aqueles que desejam viver permanentemente em Tinalândia podem solicitar residência permanente. Neste caso, é necessário ser filho ou esposo(a) de um cidadão de Tinalândia. Ter um filho em Tinalândia não permite que um estrangeiro solicite residência permanente, a menos que, após completar 21 anos, o filho reclame o estrangeiro como seu dependente.

No caso da naturalização, somente os residentes permanentes em situação legal podem requerer. Desse modo, os procedimentos para requerer a naturalização são irrelevantes para o caso hipotético.

Finalmente, todo estrangeiro que esteja fisicamente em Tinalândia, ou na fronteira ou em algum porto de entrada, pode solicitar, e ser concedido, asilo. Neste particular, Tinalândia é signatária da Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, e sancionou leis para fazer efetivas as disposições dessa Convenção.

61. Na Constituição de Tinalândia existe alguma regulamentação jurídica concernente aos imigrantes? Em caso afirmativo, essa regulamentação sofreu alguma modificação em virtude da Lei 24.326?

a) A Constituição de Tinalândia menciona unicamente que ninguém pode ser discriminado em razão de sua origem nacional, mas contém disposições específicas referente a imigrantes. Nada na Lei 24.326 pode ter modificado a Constituição de Tinalândia.

**Competição de Julgamento Simulado do
Sistema Interamericano de Direitos Humanos 2009
Caso Hipotético: Rosalie Fournier e Bruno Tamba vs. Tinalândia**

62. Quais são os documentos exigidos pela República de Tinalândia para que um imigrante possa transitar legalmente no país, e, nesse sentido, quais documentos Rosalie Fournier possuía além de sua carteira de motorista?

a) Em Tinalândia, tanto os nacionais quanto os estrangeiros estão obrigados a portar alguma forma de identificação oficial emitida por Tinalândia ou por seu país de origem. Em relação aos documentos que Rosalie Fournier possuía, a informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.

63. Considerando-se a legislação de Tinalândia, qual documentação um indivíduo precisa possuir para que seja registrado como contribuinte de impostos e para obter um documento de identificação nacional, como uma carteira de motorista?

a) Qualquer forma de identificação oficial emitida por Tinalândia ou por outro Estado pode ser utilizada para efeitos de iniciar os procedimentos de pagamento de impostos ou de carteira de motorista. Além disso, é necessário apresentar documentos, tais como contas ou comprovantes do contrato de aluguel, para demonstrar que certa pessoa mantém seu domicílio em Tinalândia. No caso da carteira de motorista, requer-se, ademais, a realização de um exame prático e teórico.

64. Quais seriam as defesas admissíveis para declarar inadmissível a deportação de um migrante sem documento sob a Lei 24.326?

a) Isto deve ser analisado pelas partes à luz dos fatos do caso hipotético.

65. De acordo com o parágrafo 13 do caso hipotético, a Lei 24.326 impõe sanções para imigrantes que cometam ou já cometeram crimes federais qualificados. Essa lei também se aplica retroativamente aos empregadores de imigrantes ilegais, ou seja, há alguma sanção para pessoas/companhias que empregaram imigrantes ilegais antes da vigência da lei? Em caso afirmativo, alguma sanção foi imposta a algum empregador de Rosalie?

a) A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.

66. Qual é o texto completo da Lei 24.326, “Lei de Regularização da Imigração” de 1994?

a) A informação relevante se limita às normas da Lei descritas no caso hipotético.

67. Quais os requisitos previstos na legislação interna de Tinalândia para a detenção de imigrantes com fins de deportação?

a) A informação disponível sobre a legislação interna se limita às normas contidas no caso hipotético. Pretende-se que as partes debatam sobre os fatos do caso à luz das normas do Direito Internacional dos Direitos Humanos.

68. Qual é o procedimento que a Lei 24.326 estabelece para a detenção de um imigrante sem documentação?

a) A informação disponível sobre a legislação interna se limita às normas contidas no caso hipotético. Pretende-se que as partes debatam sobre os fatos do caso à luz das normas do Direito Internacional dos Direitos Humanos.

69. A Lei 24.326 faz alguma referência em relação ao oficial que realiza a detenção quanto ao fato de ele dever, ou não, portar algum documento para realizar o procedimento?

a) A informação disponível sobre a legislação interna se limita às normas contidas no caso hipotético. Pretende-se que as partes debatam sobre os fatos do caso à luz das normas do Direito Internacional dos Direitos Humanos.

**Competição de Julgamento Simulado do
Sistema Interamericano de Direitos Humanos 2009
Caso Hipotético: Rosalie Fournier e Bruno Tamba vs. Tinalândia**

70. Quais são os requisitos formais e o prazo para apresentar uma pessoa detida diante de um juiz de acordo com a Constituição e/ou legislação interna de Tinalândia?
- a) A informação disponível sobre a legislação interna se limita às normas contidas no caso hipotético. Pretende-se que as partes debatam sobre os fatos do caso à luz das normas do Direito Internacional dos Direitos Humanos.
71. É legal no âmbito do estado de Tinalândia manter a privação de liberdade deixando-se de lado a perseguição da conduta que foi o motivo inicial da detenção, no caso, o roubo de computadores? (Descobrimiento inevitável de elementos probatórios)
- a) A informação disponível sobre a legislação interna se limita às normas contidas no caso hipotético. Pretende-se que as equipes debatam sobre os fatos do caso à luz das normas do Direito Internacional dos Direitos Humanos.
72. Existe em Tinalândia algum remédio judicial, eficaz e eficiente, para evitar ou corrigir as detenções arbitrárias?
- a) Sim, em Tinalândia existe a possibilidade de apresentar um recurso de habeas corpus para questionar qualquer detenção que se considere arbitrária, incluindo a detenção de imigrantes documentados e também os sem documentação.
73. Existia algum obstáculo material ou legal para que Rosalie Fournier ou seu advogado interpusessem o recurso de habeas corpus ou amparo?
- a) Não, o recurso de habeas corpus está disponível em Tinalândia para questionar detenções como a de Rosalie Fournier.
74. Que outros recursos a legislação de Tinalândia prescreve para os procedimentos de deportação – incluindo-se aí a detenção – além do recurso de apelação?
- a) Em relação à detenção, a legislação de Tinalândia garante o recurso de habeas corpus. Com relação à decisão de deportação, o recurso idôneo é a apelação para as Cortes de Apelação.
75. Existe algum marco ou termo jurisdicional para interpor recurso de apelação contra a sentença proferida pelo Tribunal de Imigração em desfavor de Rosalie Fournier?
- a) O recurso de apelação deve ser interposto no prazo de um mês a contar da notificação da sentença.
76. O fato de a prostituição ser elevada à categoria de delito federal também se aplica a um indivíduo que cometa o delito mas não seja imigrante?
- a) Sim, as sanções previstas pela legislação penal para os crimes federais qualificados são mais severas, inclusive para aqueles que não são imigrantes.
77. Por favor esclareça a competência e a autoridade dos juízes da imigração, incluindo aí – mas não limitado a isso – educação e qualificações mais abrangentes, método e procedimento para se tornar um juiz, e qualquer outro fato que se julgar importante para esta questão.
- a) Os juízes de migração são a autoridade competente para decidir sobre a permanência ou deportação dos imigrantes em Tinalândia. Suas decisões podem ser revisadas pelos Tribunais de Apelação. Os requisitos e procedimentos para ser juiz em Tinalândia não são relevantes para o caso hipotético.
78. Qual é o regulamento Constitucional e legal (tipos, objeto de proteção, tribunais competentes, trâmite, efetividade, etc.) das garantias específicas dos direitos fundamentais (e constitucionais) integrantes do Direito Processual Constitucional em Tinalândia?

**Competição de Julgamento Simulado do
Sistema Interamericano de Direitos Humanos 2009
Caso Hipotético: Rosalie Fournier e Bruno Tamba vs. Tinalândia**

- a) O direito processual constitucional de Tinalândia é irrelevante para o caso hipotético. Pretende-se que as partes debatam sobre os fatos do caso à luz das normas do Direito Internacional dos Direitos Humanos.
79. Qual procedimento deve ser seguido no sistema judicial do Estado de Tinalândia para se interpor um recurso de inconstitucionalidade contra uma lei, se é que tal recurso existe?
- a) Em Tinalândia instituiu-se que toda a lei que viole a Constituição é nula. Tanto é que os juízes estão obrigados a examinar se as leis que pretendem aplicar são, ou não, válidas. Se um juiz chega à convicção de que uma lei que pretende aplicar é inconstitucional, ao decidir sobre um caso concreto, deve prorrogar sua decisão e apresentar a questão de constitucionalidade perante o Tribunal Constitucional, cujas decisões têm força de coisa julgada e produzem efeitos erga omnes, eliminando as normas inconstitucionais do ordenamento jurídico. As partes não podem pleitear diretamente a ação de inconstitucionalidade perante o Tribunal Constitucional, mas podem pleiteá-la diante do juiz ordinário, que deverá suspender o prazo para pronunciar sua sentença, até que o Tribunal Constitucional decida sobre a constitucionalidade do controvertido preceito legal.
80. A ONG apresentou a denúncia em nome próprio ou como representante de Rosalie e seu filho?
- a) A petição foi apresentada ante a Comissão em representação de Rosalie Fournier e seu filho Bruno Tamba.
81. O Estado de Tinalândia apresentou exceções preliminares no procedimento ante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos?
- a) Não. O Estado de Tinalândia indicou expressamente que renunciava o direito a interpor exceções preliminares.
82. A respeito do parágrafo 38: Quais são as circunstâncias excepcionais que a Comissão alegou para aprovar um informe nos termos do artigo 37.3 de seu regulamento?
- a) As circunstâncias excepcionais se referem, dentre outras, à necessidade de uma resolução rápida do caso, tomando-se em consideração que Rosalie Fournier está separada de seu filho Bruno desde maio de 2003. De igual modo, a Comissão levou em conta que o Estado havia renunciado o direito de interpor exceções preliminares.
83. Em virtude do parágrafo 39 do Caso Hipotético, expressamente quais os artigos da Convenção que a Comissão alega que foram violados em prejuízo da senhora Rosalie Fournier, e quais foram violados contra o seu filho Bruno Tamba?
- a) As partes devem analisar a questão à luz dos fatos do caso.
84. Quais foram as recomendações da Comissão para o Estado com relação ao artigo 50?
- a) A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.
85. Qual é o texto completo do informe e das recomendações da Comissão Interamericana a respeito da denúncia apresentada por “Fronteiras” em 10 de julho de 2004?
- a) A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.